



A participação da comunidade na elaboração de políticas de práticas esportivas no estado do Paraná

The community participation in the development of sports policies in the state of Paraná

AUTORES

Mayara Torres Ordonhes¹
Kaio Julio Zamboni¹
João Victor Moretti de Souza¹
Fernando Marinho Mezzadri¹
Fernando Renato Cavichioli¹

¹ Universidade Federal do Paraná, Departamento de Educação Física, Curitiba, Paraná, Brasil.

CONTATO

Mayara Torres Ordonhes
mayaraordonhes@hotmail.com
Estacionamento CED - Jardim das Américas,
Curitiba, Paraná, Brasil.
CEP: 82590-300.

DOI

10.12820/rbafs.29e0339



Este trabalho está licenciado com uma Licença
Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO

O presente estudo objetivou verificar a associação do aspecto demográfico, social e econômico e a participação da comunidade na elaboração de políticas de práticas esportivas no estado do Paraná. A pesquisa possui abordagem quantitativa e possui delineamento ecológico transversal, que buscou testar a associação entre as características demográficas (tamanho populacional), sociais e econômicas (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e o Produto Interno Bruto) dos 399 municípios paranaenses e a participação da comunidade na elaboração de políticas de práticas esportivas no estado do Paraná. Por meio dos dados, pode-se observar que a maior parte dos municípios da amostra não possui conselho municipal, porém, de forma predominante, os municípios permitem a participação da comunidade na elaboração de políticas de práticas esportivas no estado do Paraná por meio de diferentes estratégias, sendo a participação informal citada pela maioria. No caso analisado, embora não tenham sido evidenciadas relações entre o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos moradores com a modificação na quantidade de estratégias elaboradas pelos municípios, pode-se perceber que existiu uma correlação entre os orçamentos geral e específico para o esporte dos municípios e a quantidade de estratégias com a comunidade ao realizar a elaboração de políticas de práticas esportivas no estado do Paraná.

Palavras-chave: Educação física; Atividade física; Política pública.

ABSTRACT

The present study aimed to verify the association of demographic, social and economic aspects and community participation in the development of sports policies in the state of Paraná. The research has a quantitative approach and has a cross-sectional ecological design, which sought to test the association between the demographic (population size), social and economic characteristics (Municipal Human Development Index and Gross Domestic Product) of the 399 municipalities in Paraná and the community's participation in the development of sports policies in the state of Paraná. Through the data, it can be observed that most of the municipalities in the sample do not have a municipal council, however, predominantly, the municipalities allow community participation in the development of sports policies in the state of Paraná through of different strategies, with informal participation cited by the majority. In the case analyzed, although no relationships were evident between economic development and the quality of life of residents with the change in the number of strategies developed by municipalities, it can be seen that there was a correlation between the general and specific budgets for sports in the municipalities and the number of strategies with the community when developing sports policies in the state of Paraná.

Keywords: Physical education; Physical activity; Public policy.

Introdução

Diferentes aspectos podem influenciar o processo de elaboração e implementação de políticas de práticas esportivas¹⁻³. Dentre eles, podemos citar a importância da participação da comunidade⁴. Durante as últimas décadas, a produção acadêmica no campo de investigação da gestão pública apresentou discussões específicas acerca dos fatores que devem ser contemplados na composição de um modelo de gestão participativa. Tal modelo envolve a criação de órgãos especificamente

responsáveis pelas demandas de esporte e lazer⁵, o funcionamento de conselhos municipais de esporte com composição paritária entre membros da sociedade civil e da gestão governamental⁶, além do uso de outros canais, como fóruns, reuniões e representações, que possibilitem a participação popular⁷.

Ao desenvolver uma análise sobre as políticas públicas de esporte e lazer no contexto brasileiro, Starepravo e Mezzadri⁶ constataram que apenas uma parte da política é perceptível para a população, tendo em

vista que o envolvimento social nos processos burocráticos e embates de interesses e ideais políticos é limitado. Inclusive, os autores também apontam que esse fator é tratado por parte dos gestores políticos como algo que pode até mesmo atrapalhar a administração pública. Nesse sentido, proporcionar possibilidades de participação da comunidade no desenvolvimento de políticas de práticas esportivas envolve não apenas um refinamento na estrutura burocrática municipal, mas também uma mudança na concepção dos atores envolvidos na esfera pública⁷. Ao falar de práticas esportivas, estamos considerando a manifestação deste fenômeno a partir de seus três diferentes níveis: formação esportiva, excelência esportiva e esporte para toda a vida, de acordo com o proposto na Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.957/2023)⁸.

Os limites para a participação da comunidade no cenário da política esportiva brasileira podem ser discutidos em função de diversos fatores, que envolvem aspectos demográficos, sociais, ou ainda, econômicos^{4,9}. Do ponto de vista demográfico, diferentes estudos já verificaram que municípios maiores possuem uma melhor estrutura administrativa para desenvolver suas próprias políticas de esporte ou aderir a ações desenvolvidas no nível federal¹⁰⁻¹⁷.

No arranjo federativo brasileiro, as ações esportivas podem ser implementadas pelos governos subnacionais (municípios e estados) ou por ações articuladas a entes superiores (estados e União), permitindo que os entes federados compartilhem determinadas atribuições¹⁸. Ainda que as políticas possam ser emuladas no âmbito municipal, tratam-se de ações desenvolvidas sem considerar as demandas sociais específicas de cada localidade, logo, a comunidade não participa da formulação das ações.

Do ponto de vista social, pesquisas anteriores consideraram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como uma variável significativa, que está atrelada às características dos entes federativos e suas ações^{17,19,20}. Os autores partem do pressuposto de que este se trata de um indicador que visa oferecer uma base empírica dos relatórios de desenvolvimento humano, a partir de uma média entre outros indicadores sintéticos parciais (IDH-Longevidade, IDH-Renda e IDH-Educação). Se tratando da área do esporte, Santos e Hirata²⁰ argumentaram que as atividades esportivas e de lazer, ainda que não constem no rol de variáveis que afetam o indicador IDH, não podem ser desconsideradas enquanto um fator de bem-estar social. Os autores Santos e Hirata²⁰ consideraram que essas atividades podem ter

influência no aumento da expectativa de vida da sociedade, fator este que se relaciona com a longevidade, que é avaliada pelo IDH. Dessa forma, é possível que os investimentos em políticas públicas de esporte e lazer estejam relacionados com esse indicador social, no entanto, ainda há uma carência de trabalhos acadêmicos que associam as políticas de práticas esportivas ao nível de IDH dos municípios²⁰.

Do ponto de vista econômico, existem estudos que apontam uma relação entre o Produto Interno Bruto (PIB) e o nível de investimento realizado no esporte na esfera municipal^{11,21-25}. Essa relação também está articulada aos fatores demográficos municipais, considerando que as condições geoeconômicas encontradas no contexto brasileiro fazem com que municípios menores possuam uma menor capacidade fiscal para desenvolver suas próprias políticas públicas de esporte¹¹. Além disso, nem todas as áreas possuem normativas que obriguem essas entidades a implementar políticas públicas, o que acontece no caso do esporte e do lazer¹⁵, sendo um fator que pode favorecer a implementação de ações propostas por entes superiores.

No estado do Paraná, a política municipal do esporte tem sido direcionada ao desenvolvimento da gestão esportiva, por meio da realização de capacitação dos gestores municipais visando o desenvolvimento de documentos norteadores relacionados às políticas, criação de conselhos e fundos municipais do esporte²⁶. Podemos citar como exemplos de políticas de práticas esportivas paranaenses a Lei de Incentivo Proesporte, o Geração Olímpica, Pedala Paraná, Escola do Esporte e o Verão Maior Paraná²⁷, desenvolvidas com intuito de responder diferentes demandas relacionadas ao esporte do estado. Quanto às políticas municipais, sabe-se que as características e especificidades dos municípios são fundamentais para o desenvolvimento e a implementação de políticas em cada local, assim como a devida articulação com as necessidades de cada população alvo. A partir disso, diante da conjectura apresentada, este estudo objetivou verificar a associação do aspecto demográfico, social e econômico e a participação da comunidade na elaboração de políticas de práticas esportivas no estado do Paraná.

Métodos

Caracterização do estudo e amostra

O presente estudo possui abordagem quantitativa e possui delineamento ecológico transversal²⁸, que buscou testar a associação entre as características demográficas

(tamanho populacional), sociais e econômicas (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM e PIB bruto) dos 399 municípios paranaenses e a participação da comunidade na elaboração de políticas de práticas esportivas no estado do Paraná (Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Paraná, CAAE nº 88770618.4.0000.0102, parecer nº 2.748.001).

Instrumentos de coleta de dados

Os dados dos municípios foram obtidos por meio do instrumento de pesquisa intitulado “Gestão do Esporte nos Estados e Municípios (GEEM)”, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (IPIE) e aplicado em parceria com os estados e municípios brasileiros²⁹. Este instrumento foi desenvolvido com intuito de realizar uma sistematização de informações relacionadas ao esporte nos Estados e Municípios brasileiros e, por meio da parceria com estes entes, os responsáveis indicados respondem questões agrupadas em seis diferentes dimensões, sendo elas: (1) Dados da Entidade; (2) Governança; (3) Recursos Humanos; (4) Política para o Esporte; (5) Instalações; e (6) Cultura Esportiva. O levantamento dos dados dos municípios paranaenses utilizados neste estudo ocorreu do segundo semestre de 2020 até agosto de 2021.

Para realizar a presente pesquisa, foram consultados os dados das dimensões “Governança” e “Política para o Esporte”. A partir disto, foram selecionadas as questões que apresentavam relação com a participação da população na estrutura decisória dos municípios, fundamental para a elaboração de políticas de práticas esportivas no estado do Paraná. As questões da dimensão “Governança” selecionadas foram: (1) existe um conselho municipal para o esporte? (sim/não); (2) as reuniões de comitês/comissões e outros órgãos colegiados permitem a participação de membros externos (entende-se membros externos como as pessoas sem vínculo direto com a entidade, tais como atletas, membros da comunidade e sociedade civil)? (sim/não). Quanto à dimensão “Política para o Esporte”, foram selecionadas: (1) Quantidade de estratégias de participação cidadã (numérico); (2) você possui estas formas de participação dos cidadãos no processo de planejamento da política esportiva? (assembleias, audiências públicas, reuniões com associações de bairro, reuniões com escolas, reuniões com clubes, reuniões com universidades, reuniões com organizações do sistema S, participação informal. Possibilidade de resposta: sim ou não).

Além disso, posteriormente, foram levantadas as

seguintes informações dos municípios paranaenses: tamanho populacional, IDHM e PIB bruto. Com relação aos dados da população estimada dos municípios, consultou-se os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coletados junto ao portal Cidades e Municípios, ano-base 2022³⁰. A partir do levantamento da população, os municípios foram agrupados em categorias de acordo com o tamanho da população^{10,13,14,17}, sendo elas: Categoria 1 (cidades com população > 500.000); Categoria 2 (100.001 – 500.000); Categoria 3 (50.001 – 100.000); Categoria 4 (20.001 – 50.000); Categoria 5 (<20.001).

Para realizar o levantamento do IDHM, consultou-se a última realização do Censo Demográfico, disponibilizada pelo IBGE em 2010. Após o levantamento dos dados, estes foram agrupados de acordo com categorias estabelecidas pelo próprio IBGE, sendo elas: muito baixo, para valores entre 0 e 0,499; baixo, entre 0,5 e 0,599; médio, entre 0,6 e 0,699; alto, entre 0,7 e 0,799; e, muito alto, para aqueles acima de 0,8 até 1³¹.

Por fim, para realizar o levantamento do PIB bruto dos municípios, consultou-se os dados disponibilizados pelo IBGE, ano-base 2021. Após, baseado em estudos anteriores^{32,33}, os dados foram organizados em categorias a partir dos quartis (1º Quartil, PIB bruto entre 0 e 51.495.360; 2º Quartil, entre 51.495.361 e 182.432.275; 3º Quartil, entre 182.432.276 e 370.784.618; 4º Quartil, entre 370.784.619 e 790.954.089).

Análise dos dados

Para realizar as análises estatísticas e a apresentação dos dados, utilizaram-se os softwares IBM SPSS Statistics versão 25 (IBM Corp, Armonk, Nova York) e GraphPad Prism Versão 8.2.1. Após a realização de estatísticas descritivas, realizou-se o teste de Kolmogorov-Smirnov para assegurar a normalidade dos dados. Por meio do teste de normalidade, obteve-se que $p < 0,05$, logo, os dados não possuíam distribuição normal³⁴. A partir disto, realizou-se o teste rho (ρ) de Spearman, além de análises post hoc com comparações pairwise³⁴. O nível de significância dos testes foi mantido em $p < 0,05$.

Resultados

A amostra foi composta por 399 municípios paranaenses, ou seja, todos os municípios do estado do Paraná foram incluídos na análise. Com relação a classificação dos municípios de acordo com o seu tamanho populacional, 307 pertencem a categoria 5 (76,9%), 57 a cate-

goria 4 (14,3%), 13 a categoria 3 (3,3%), 20 a categoria 2 (5,0%) e apenas dois a categoria 1 (0,5%).

Pode-se perceber que a maior parte dos municípios paranaenses possuem menos que 20.001 habitantes e, uma relativa minoria possui mais de 500.000 habitantes. Com relação ao IDHM destes municípios, pode-se afirmar que a maior parte da amostra se encontra na categoria de IDHM-Médio (38,3%) e IDHM-Alto (60,2%), sendo os dois extremos de “baixo” e “muito alto” a menor parte (1,0% e 0,5%, respectivamente).

Por meio da análise da distribuição, fica evidente que a maior proporção está concentrada nas duas categorias intermediárias da classificação indicada pelo IDHM, sendo que existe uma predominância para a categoria do IDHM-Alto. Complementando essa caracterização inicial, a Figura 1 apresenta a distribuição dos municípios de acordo com as suas categorias do IDHM em função de seu tamanho populacional.

Percebe-se que a maior parte dos municípios paranaenses classificados com IDHM-Médio ou IDHM-Alto tem um tamanho populacional menor ou igual a 20 mil habitantes, os quais podem ser considerados como municípios menores. Apenas a categoria de IDHM-Alto possui um representante ou mais em todas as classificações utilizadas para o tamanho popula-

cional. Com relação à menor parte, que correspondem aos extremos da classificação utilizada para o indicador social, o gráfico evidencia que todos os municípios de IDHM-Baixo pertencem à categoria de menor tamanho populacional, enquanto os dois de IDH-Muito alto estão entre os que possuem de 100 a 500 mil habitantes, ou valor superior.

Ao questionar se os municípios possuíam conselhos municipais, 321 municípios afirmaram não possuir (80,5%) e apenas 78 possuíam (19,5%). A Figura 2 apresenta a distribuição de acordo com a categoria de tamanho, IDHM e PIB dos municípios. De modo geral, nota-se que a ausência de conselhos municipais de esporte no Paraná é predominante. A maior parte dos municípios que afirmaram possuir um conselho responsável pelas demandas do esporte consistem em municípios menores. No caso da distribuição a partir do PIB, pode-se notar que, independente do PIB, a maior parte dos municípios não possui conselho municipal.

Com relação à participação de membros externos no processo de elaboração das políticas municipais, cerca de 284 municípios permitiam a participação (71,2%) e 115 não (28,8%). A distribuição a partir da população, IDHM e PIB, pode ser observada na Figura 3. Embora a maior parte dos municípios tenham afirmado não

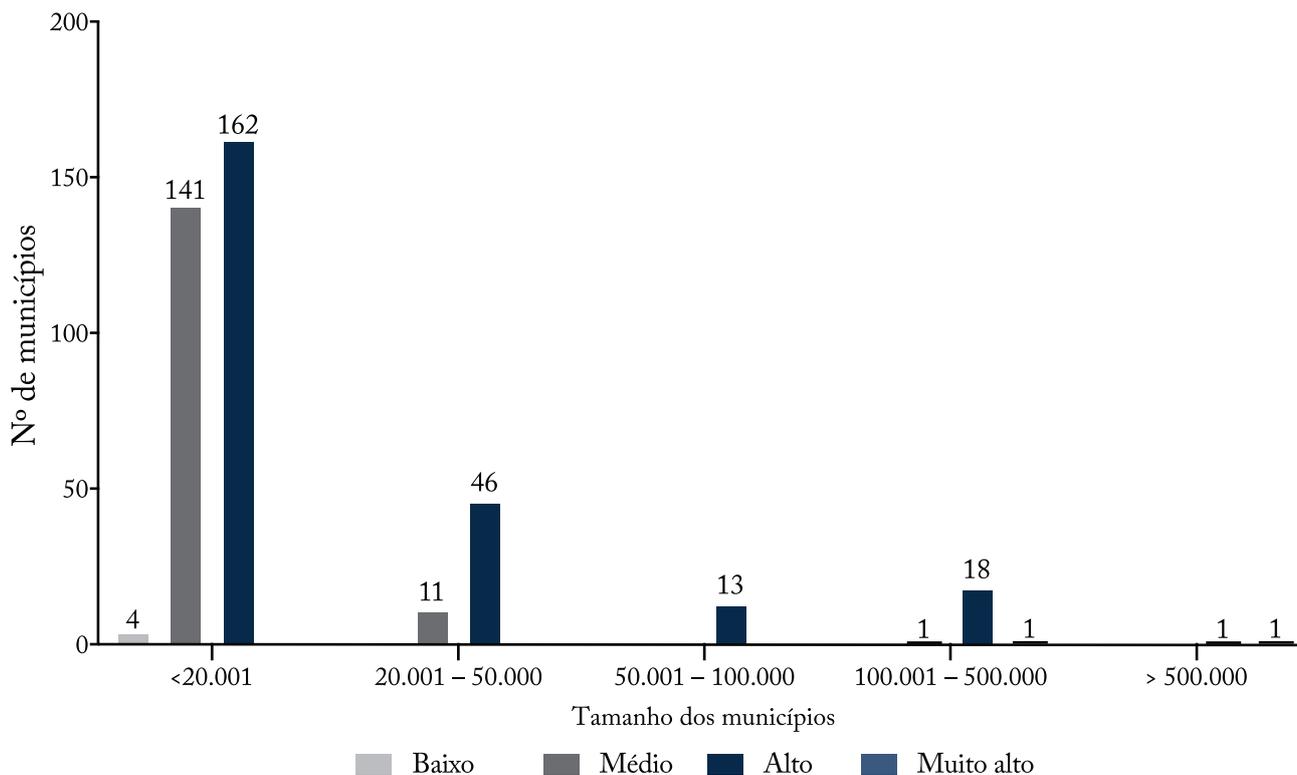


Figura 1 – Distribuição dos municípios de acordo com as suas categorias do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em função de seu tamanho populacional.

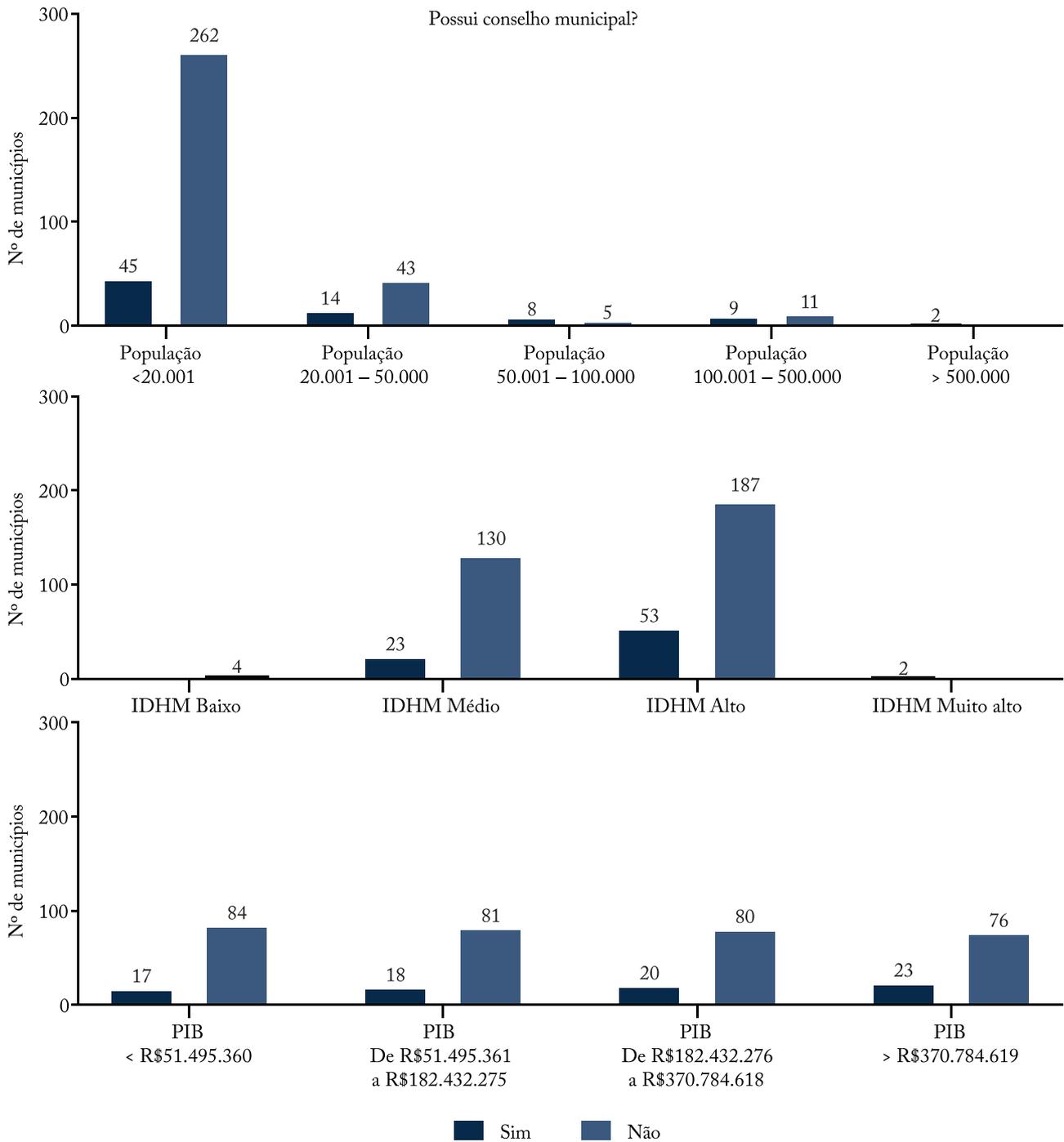


Figura 2 – Distribuição dos municípios de acordo com a existência de conselho municipal, em função de seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tamanho populacional e Produto Interno Bruto (PIB). IDHM = Índice Desenvolvimento Humano Municipal.

possuir um conselho municipal, pode-se observar que, independente disso, de forma predominante, os municípios paranaenses permitem a participação de pessoas externas ao grupo de representantes governamentais na construção das políticas de práticas esportivas. Ainda, pode-se observar que a maior parte dos municípios que permite a participação de membros externos consiste

em municípios menores, com IDHM médio e alto, independente da faixa do PIB.

Ao questionar os municípios sobre a quantidade de estratégias para a participação da comunidade na elaboração de políticas de práticas esportivas, identificou-se que a maior parte dos municípios possuía apenas uma estratégia (n = 116; 29,1%), 46 municípios não

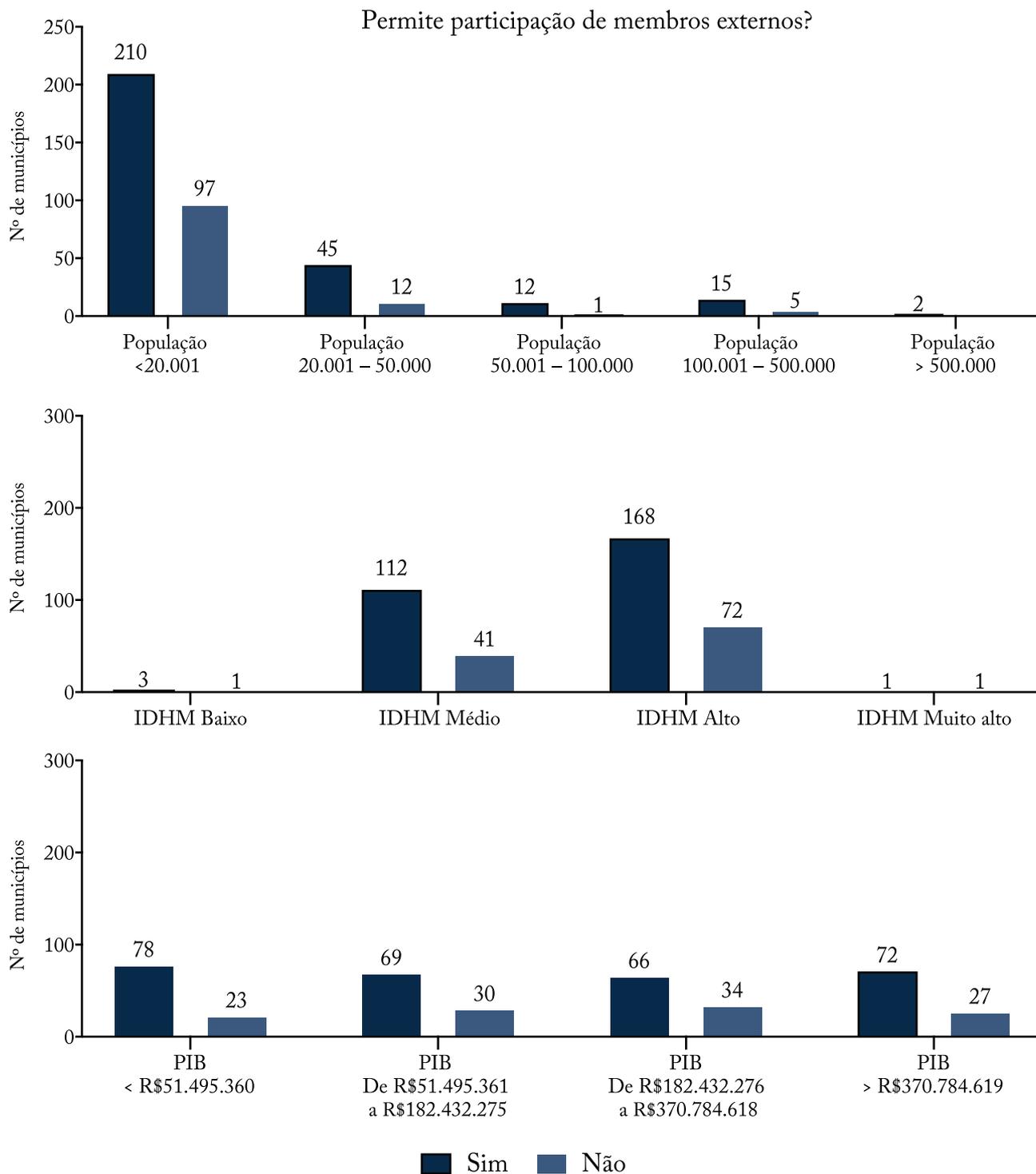


Figura 3 – Distribuição dos municípios de acordo com a participação de membros externos, em função de seu IDH, tamanho populacional e Produto Interno Bruto (PIB).
 IDHM = Índice Desenvolvimento Humano Municipal.

possuíam estratégias, 66 possuíam duas estratégias, 78 possuíam três, 54 possuíam quatro, 22 possuíam cinco, 13 possuíam seis, três possuíam sete e, por fim, um único município apresentou o maior número de ações, com 8 estratégias (0,3%). Dentre a caracterização das

ações existentes, os gestores citaram: assembleias, audiências públicas, reuniões com associações de bairro, reuniões com escolas, reuniões com clubes, reuniões com universidades, reuniões com organizações do sistema S, participação informal (sendo esta mencionada

de forma predominante). O detalhamento destas ações pode ser analisado na Figura 4.

Por meio da análise do detalhamento das estratégias, pode-se identificar que a articulação com entidades que não correspondem ao setor público do sistema esportivo municipal, tais como as instituições de ensino superior ou organizações do sistema S, consiste em uma realidade específica de uma parcela menor dos municípios analisados.

Com intuito de identificar se existem relações entre os aspectos analisados na dimensão econômica, demográfica e social dos municípios e o número de ações participativas da comunidade na elaboração de políticas de práticas esportivas, realizou-se o teste rho (ρ) de Spearman. Por meio do teste, pode-se observar que existe uma correlação positiva e significativa entre o número de ações com a comunidade e o orçamento do município ($\rho = 0,236, p = 0,000$) e o orçamento específico para o desporto e lazer ($\rho = 0,199, p = 0,000$). Por outro lado, não há uma correlação significativa entre o número de ações de participação da comunidade com a população estimada ($\rho = 0,030, p = 0,554$) e o IDHM ($\rho = 0,025, p = 0,615$).

Com intuito de aprofundar os resultados e determinar a probabilidade de realização de diferentes estratégias de participação da comunidade com base nas características demográficas (tamanho populacional), sociais e econômicas (IDHM, PIB bruto e orçamento municipal), foi realizada uma Regressão Logística Binária (Tabela 1). Por meio do teste, foi possível identificar que embora tenham sido evidenciados valores estatisticamente significativos para os aspectos relacionados ao PIB [sobre possuir participação informal ($B = 0,000, p = 0,000, OR = 1,000$), realizar reuniões

com associações de bairros ($B = 0,000, p = 0,015, OR = 0,999$) e com escolas ($B = 0,000, p = 0,042, OR = 1,000$)], ao tamanho populacional [sobre possuir participação informal ($B = -0,001, p = 0,000, OR = 0,999$)] e ao IDHM [sobre possuir conselhos municipais ($B = -7,546, p = 0,037, OR = 0,001$)], os coeficientes e as razões de chances obtidas evidenciam que mesmo com a existência de associações, não é possível afirmar que tais aspectos proporcionem uma previsão de existência destas estratégias de participação da comunidade.

Tabela 1 – Resultados dos testes de Regressão Logística Binária tendo como referência a categoria “não”.

Variáveis	B	p	Exp (B)
Permite a participação dos cidadãos no processo de planejamento da política esportiva?			
Sim, possui assembleia			
População	0,000	0,367	1,000
IDHM	5,950	0,192	383,751
PIB	0,000	0,384	1,000
Orçamento do município	0,000	0,426	1,000
Orçamento para o esporte	0,000	0,897	1,000
Sim, possui audiências públicas			
População	0,000	0,715	1,000
IDHM	0,589	0,862	1,802
PIB	0,000	0,367	1,000
Orçamento do município	0,000	0,779	1,000
Orçamento para o esporte	0,000	0,906	1,000
Sim, possui reuniões com associações de bairro			
População	0,000	0,671	1,000
IDHM	1,765	0,570	5,841
PIB	0,000	0,015*	1,000
Orçamento do município	0,000	0,477	1,000
Orçamento para o esporte	0,000	0,396	1,000

Continua...

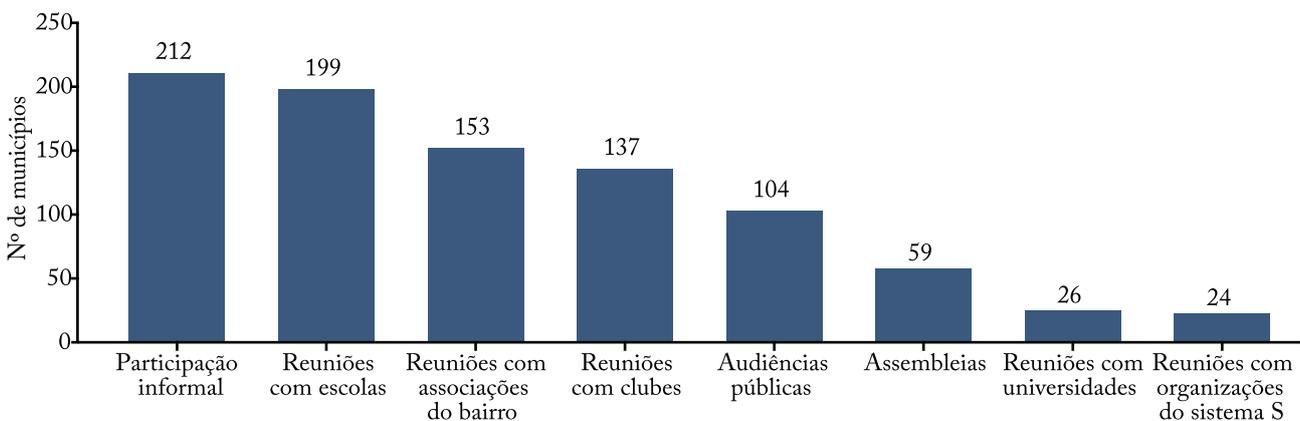


Figura 4 – Distribuição dos municípios de acordo com o tipo de estratégias utilizada para a participação da comunidade na elaboração de políticas de práticas esportivas

Continuação da **Tabela 1** – Resultados dos testes de Regressão Logística Binária tendo como referência a categoria “não”.

Variáveis	B	p	Exp (B)
Sim, possui reuniões com escolas			
População	0,000	0,533	1,000
IDHM	-0,812	0,786	0,444
PIB	0,000	0,042*	1,000
Orçamento do município	0,000	0,383	1,000
Orçamento para o esporte	0,000	0,542	1,000
Sim, possui reuniões com clubes			
População	0,000	0,233	1,000
IDHM	0,552	0,861	1,737
PIB	0,000	0,652	1,000
Orçamento do município	0,000	0,712	1,000
Orçamento para o esporte	0,000	0,192	1,000
Sim, possui reuniões com universidades			
População	0,000	0,841	1,000
IDHM	0,390	0,949	1,478
PIB	0,000	0,834	1,000
Orçamento do município	0,000	0,928	1,000
Orçamento para o esporte	0,000	0,978	1,000
Sim, possui reuniões com organizações do sistema S			
População	0,000	0,618	1,000
IDHM	2,241	0,729	9,403
PIB	0,000	0,540	1,000
Orçamento do município	0,000	0,559	1,000
Orçamento para o esporte	0,000	0,617	1,000
Sim, possui participação informal			
População	-0,001	0,000*	0,999
IDHM	-4,428	0,608	0,012
PIB	0,000	0,000*	1,000
Orçamento do município	0,000	0,301	1,000
Orçamento para o esporte	0,000	0,643	1,000
Possui um conselho municipal para o esporte?			
Sim, possui conselho municipal			
População	0,000	0,067	1,000
IDHM	-7,546	0,037*	0,001
PIB	0,000	0,286	1,000
Orçamento do município	0,000	0,154	1,000
Orçamento para o esporte	0,000	0,741	1,000
As reuniões de comitês/comissões e outros órgãos colegiados permitem a participação de membros externos?			
Sim, permite a participação de membros externos			
População	0,000	0,130	1,000
IDHM	1,640	0,616	5,155
PIB	0,000	0,422	1,000
Orçamento do município	0,000	0,154	1,000
Orçamento para o esporte	0,000	0,605	1,000

* Valores estatisticamente significativos ($p < 0,05$).

Discussão

Por meio dos dados, pode-se observar que a maior parte dos municípios paranaenses consistem em municípios menores, com IDHM médio e alto e que, em sua maioria, não possuem conselho municipal, porém, de forma predominante permitem a participação da sociedade por meio de diferentes estratégias, sendo a participação informal citada pela maioria.

A partir da análise da quantidade de estratégias para a participação da comunidade na elaboração de políticas de práticas esportivas por parte dos municípios, pode-se observar uma discrepância entre os casos analisados. Enquanto uma parte dos municípios chega a desenvolver cinco ou mais estratégias para promover esta inclusão, uma outra parcela três vezes maior possui uma ou nenhuma estratégia formulada.

Com relação à evidência da estratégia de articulação como instituições de ensino superior ou organizações do sistema S por parte de alguns municípios, é possível refletir se isso se trata de uma opção dos gestores responsáveis por desenvolver as estratégias ou se acontece em função da ausência dessas entidades nos municípios. A situação é um pouco diferente quando se trata de clubes esportivos, tendo em vista que as reuniões junto a essas entidades representam uma estratégia que chega a ser mais utilizada do que as audiências públicas e as assembleias. Eventos que podem demandar uma carga de trabalho menor, como reuniões informais ou realizadas com as comunidades escolares, são predominantes.

No caso analisado, embora não tenham sido evidenciadas relações entre o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos moradores (mensurados por meio do IDHM) com a modificação na quantidade de estratégias elaboradas pelos municípios, pode-se perceber que existiu uma correlação entre os orçamentos geral e específico para o esporte dos municípios e a quantidade de estratégias com a comunidade.

O entendimento sobre o funcionamento do esporte no nível municipal é primordial para a compreensão do sistema esportivo brasileiro como um todo^{35,36}. Seja do ponto de vista orçamentário^{15,16} ou partindo do entendimento sobre os gestores responsáveis pelas decisões³⁷. Em tese, municípios maiores possuem estruturas administrativas e capacidade fiscal para implementar suas próprias ações esportivas^{38,39}. Possuir uma administração melhor estruturada pode gerar maior opções de ações, além de uma estrutura organizada para o recebimento das demandas da população. Municípios menores tendem a ter uma estrutura administrativa reduzida, por

conta de limitações orçamentárias, o que restringe o uso de ferramentas de atendimento. Logo, nestes casos, a quantidade de canais de abertura que estimulem a participação popular tais como as ouvidorias, o orçamento participativo e a organização de conselhos é prejudicada. Com base nisto, alguns fatores podem influenciar este cenário, tais como o poder econômico, o poder político, o poder de informação e o poder científico^{4,40}.

Nota-se, no entanto, que a “participação informal” tem maior frequência dentre as ferramentas utilizadas. Nesse ponto, embora seja uma forma válida de comunicação com a população, participações informais podem significar uma maior desorganização dentro da estrutura administrativa, tendo em vista que, por vezes, são interpretadas como ferramentas políticas utilizadas contra os agentes políticos consolidados no poder⁶. Nesse sentido, a participação mais formal, como nos Conselhos Municipais, se configura em uma ferramenta mais organizada e estruturada, buscando verificar as demandas da sociedade de maneira mais metodológica e dentro da estrutura administrativa municipal⁵.

Os Conselhos Municipais, identificados em apenas 19,5% dos municípios da amostra, se tornam ainda mais essenciais, tendo em vista a aprovação da Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.957/2023), que os coloca como parte do Sistema Nacional de Esporte. Deste modo, a partir dos dados evidenciados, observa-se que ainda há uma grande distância a ser percorrida no estado do Paraná para se atender o que está previsto na nova legislação¹⁵.

A importância da existência dos conselhos dentro do sistema esportivo não é novidade, sendo destacado em diferentes trabalhos que analisam a estrutura do esporte brasileiro¹⁸. Portanto, entende-se existir a necessidade de implementação desse tipo de ferramenta de participação da população, visto que sua baixa incidência indica uma importante lacuna na gestão esportiva municipal.

Dentre as relações significativas observadas, esperava-se encontrar relação entre o tamanho populacional do município e o IDHM com as ações desenvolvidas pelo poder público, justamente pelo fato desse tipo de relação já ter sido identificada em outros estudos com variáveis diversas^{17,19,20}. Da mesma forma, o orçamento apresenta relação com as ações, o que soa lógico, uma vez que a disponibilidade orçamentária possibilita maior quantidade de ações e melhor estrutura para se atender as demandas da população. Nesse ponto, ouvir a população é uma das possíveis ações viabilizadas pelo orçamento existente.

Embora este estudo tenha apresentado achados relevantes, pode-se citar algumas limitações, tais como o fato de observar apenas a existência ou não de mecanismos de participação da população, no sentido de não se observar a qualidade da interação realizada entre o poder público e a sociedade civil. Entende-se a necessidade da ampliação da discussão sobre a participação da população, com um próximo possível passo sendo a verificação de como é feita essa interação e se há alguma influência sobre a tomada de decisão dos gestores. Ou seja, em qual medida o envolvimento da comunidade se converte em ações desenvolvidas pelo poder público municipal pode ser um tema a ser explorado no futuro. Ainda, pode-se citar algumas limitações relacionadas a validade e fidedignidade das informações, tendo em vista que os próprios representantes dos municípios inseriram as informações municipais no instrumento e que os anos-bases consultados sobre as variáveis de população estimada (2022), IDHM (2010) e PIB bruto (2021), embora fossem os últimos publicados até o momento de realização da pesquisa, podem ter contribuído para erros de classificação. Por fim, ressaltamos a possibilidade de existência de colinearidade entre o IDHM, PIB e orçamento.

Considerações finais

O presente estudo buscou auxiliar a discussão relacionada à gestão do esporte no nível municipal e a articulação com a sociedade, por meio da análise da associação do aspecto demográfico, social e econômico e a participação da comunidade na elaboração de políticas de práticas esportivas no estado do Paraná.

Foi possível identificar a baixa incidência de conselhos municipais de esporte dentro da amostra analisada. A maioria dos municípios conta com ao menos uma estratégia de participação da população na elaboração das políticas públicas de esporte, no entanto chama atenção a ferramenta mais utilizada serem as reuniões informais, que denotam uma certa falta de organização das entidades municipais. Mesmo sendo uma opção válida, entende-se que ferramentas mais estruturadas, como os próprios conselhos, são alternativas mais consistentes para a participação da população. Deste modo, com a execução deste estudo, evidencia-se que tais alternativas devem ser consideradas por parte dos gestores como possibilidade de aumento da participação social na construção de políticas de esporte.

Ainda, identificou-se que as questões vinculadas ao orçamento geral do município e orçamento voltado ao

esporte, apresentam correlação com a existência de estratégias de participação da comunidade. Deste modo, interpreta-se que municípios maiores e com mais orçamento disponível possuem melhor estrutura física e administrativa para desenvolver formas para a participação da população, bem como o possível desenvolvimento de ações e políticas que possam ser demandadas pela comunidade.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflito de interesse.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Contribuição dos autores

Ordonhes MT: Conceitualização; Metodologia; Desenvolvimento, implementação e teste de software; Validação de dados e experimentos; Análise de dados; Pesquisa; Design da apresentação de dados; Redação do manuscrito original; Aprovação da versão final do manuscrito. Zamboni KJ: Conceitualização; Metodologia; Validação de dados e experimentos; Pesquisa; Design da apresentação de dados; Redação do manuscrito original; Aprovação da versão final do manuscrito. Souza JVM: Conceitualização; Metodologia; Validação de dados e experimentos; Pesquisa; Design da apresentação de dados; Redação do manuscrito original; Aprovação da versão final do manuscrito. Mezzadri FM: Pesquisa; Supervisão; Administração do projeto; Redação - revisão e edição; Aprovação da versão final do manuscrito. Cavichioli FR: Pesquisa; Supervisão; Administração do projeto; Redação - revisão e edição; Aprovação da versão final do manuscrito.

Declaração quanto ao uso de ferramentas de inteligência artificial no processo de escrita do artigo

O manuscrito não utilizou de ferramentas de inteligência artificial para a sua elaboração.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

- Jannuzzi PM. A implementação no centro da avaliação de políticas públicas. *Revista Aval.* 2019;2(16):64-80.
- Souza JVM. Em busca da medalha: como a mudança de prioridade do governo federal influenciou na criação da categoria atleta pódio [dissertação]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; 2021.
- Zamboni KJ. 20 anos de Programa Segundo Tempo: identificando as barreiras e facilitadores para o desenvolvimento de uma política pública de esporte descentralizada [dissertação]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2023.
- Werle V. Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer. *Motriz.* 2010;16(1):135-42.
- Amaral SCF. Avanços e contradições da participação popular na definição de políticas públicas de lazer em Porto Alegre. *Movimento.* 2005;11(3):9-25. doi: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.2880>.
- Starepravo FA, Mezzadri FM. Conselhos Municipais de Esporte e Lazer e outras formas de participação direta no Estado do Paraná. *Coleç Pesqui Educ Fís.* 2007;5(1):120-5.
- Ignácio MC, Myskiw M. A participação nas políticas públicas de esporte e lazer: análise de enfoques da produção acadêmica. *Pensar a Prática.* 2020;31(1):1-23. doi: <https://doi.org/10.5216/rpp.v23.59682>.
- Brasil. Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 – Institui a Lei Geral do Esporte. [Acesso em 22 maio 2024]; Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14597.htm.
- Saldanha Filho M. Formulando políticas públicas do esporte e lazer no âmbito da cidade. In: *Anais do 13º Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE)*; 2003; Caxambu. Caxambu: 2003. p. 01-07.
- Côté J, Macdonald DJ, Baker J, Abernethy B. When “where” is more important than “when”: Birthplace and birthdate effects on the achievement of sporting expertise. *J Sports Sci.* 2006;24(10):1065-73. doi: <https://doi.org/10.1080/02640410500432490>.
- Santos ES, Starepravo FA, Neto MSS. Programa “Segundo Tempo” e o vazio assistencial na região nordeste. *Movimento.* 2015;21(3):759-71. doi: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.50648>.
- Santos ES. Descentralização do Programa Segundo Tempo e Níveis De Desenvolvimento Humano (IDH). *Licere.* 2019;22(3):207-24. doi: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.15310>.
- Caetano CI, Sentone RG, López-Gil JF, Caetano HBS, Cavichioli FR. Influência do tamanho e densidade populacional no rendimento esportivo da ginástica artística brasileira. *Retos.* 2020;28(38):66-70. doi: DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v38i38.74338>.
- Sentone RG, Lopez-Gil JF, Caetano CI, Cavichioli FR. Relationship between human development index and the sport results of Brazilian swimming athletes. *J Hum Sport Exerc.* 2020;14(1):S2009-S2018. doi: <https://doi.org/10.14198/jhse.2019.14.Proc5.22>.
- Castro SBE, Camargo PR, Mezzadri FM. Fundos Especiais e o Esporte: Histórico, Legislação e Produção do Conhecimento. *Licere.* 2023;26(3):221-48. doi: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2023.48246>.

16. Castro SBE, Camargo PR, Mezzadri FM. Municípios brasileiros e o orçamento público para o esporte (2002-2018). *Podium*. 2023;12(1):38-63. doi: <https://doi.org/10.5585/podium.v12i1.19118>.
17. Souza JVM, Ordonhes MT, Cavichioli FR, Mezzadri FM. Influence of the size of the cities of birth and residence in the sports career: an analysis through the Bolsa-Atleta program. *J. Phys. Educ.* 2023;34(1):e3414. doi: <https://doi.org/10.4025/JPHYSEDUC.V34I1.3414>.
18. Maoski APCB. A (des) articulação entre os entes federativos que promovem o esporte de rendimento no Brasil, no Paraná e em Curitiba [dissertação]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016.
19. Micaliski EL, Junior CHR, Hertes A, Ordonhes MT, Figuerôa KM, Cavichioli FR. A influência do índice de desenvolvimento humano municipal sobre o desenvolvimento de políticas esportivas educacionais, de rendimento ou de lazer no Brasil. *Retos*. 2024;51(1):962-9. doi: <https://doi.org/10.47197/retos.v51.101375>.
20. Santos ES, Hirata E. Investimento na função desporto e lazer por níveis de Índice de Desenvolvimento Humano. *Cad Educ Fís Esporte*. 2017;15(2):49-55. doi: <https://doi.org/10.36453/2318-5104.2017.v15.n2.p49>.
21. Santos ES, Santos AG. Regiões geoadministrativas e financiamento na função Desporto e lazer no estado da Paraíba. *Rev Intercon Gest Desport*. 2019;9(3):01-15.
22. Santos ES, Carvalho MJ, Froes GS. Investimento na função Desporto e Lazer (FDL) por parte dos municípios dos estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. *Rev Intercont Gest Desport*. 2019;9(2):1-16.
23. Santos ES, Menezes VG, Lima EWG. Investimento na função desporto e lazer (FDL) dos municípios de Pernambuco no ano de 2013 por níveis de dependência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). *Rev Bras Ciênc Esporte*. 2019;41(1):34-40. doi: <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2018.03.021>.
24. Santos ES, Carvalho MJ, Bastos FC, Starepravo FA. Participação das capitais dos Estados brasileiros no financiamento do esporte e do lazer. *Educ Fís Deport*. 2020;39(2):1-15. doi: <https://doi.org/10.17533/udea.efyd.v39n2a04>.
25. Santos ES, Mendes AD. Níveis de adesão ao gasto público na função desporto e lazer por parte dos municípios brasileiros. *Pensar a Prática*. 2020;23(1):1-19. doi: <https://doi.org/10.5216/rpp.v23.54542>.
26. Secretaria do Esporte do Estado do Paraná, 2024. O Esporte Que Queremos. Governo do estado do Paraná. [Acesso em 24 abril 2024]; Disponível em: <https://www.esporte.pr.gov.br/Pagina/O-Esporte-Que-Queremos>.
27. Secretaria do Esporte do Estado do Paraná, 2024. Programas e projetos. Governo do estado do Paraná. [Acesso em 24 abril 2024]; Disponível em: <https://www.esporte.pr.gov.br/Pagina/Proesporte-Lei-de-Incentivo>.
28. Freire MCM, Pattussi MP. Tipos de estudos. In: Estrela C, Metodologia científica. Ciência, ensino e pesquisa. Artes Médicas, 2018.
29. Mezzadri FM, Santos-Lise N, Maoski APCB, Castro SBE, Starepravo FA, Santos TO. Gestão do esporte nos estados e municípios (GEEM): apresentação de uma ferramenta voltada à Inteligência Esportiva no Brasil. *Res Soc Dev*. 2020;9(10):e3769108716. doi: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i10.8716>.
30. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Suplemento de Esportes de 2016. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017 [Acesso em 30 nov. 2020]; Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/19879-suplementos-munic2.html?pedicao=106928&ct=downlo-%20ads>.
31. AtlasBR - Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Índice de desenvolvimento humano municipal – IDHM. 2020 [acesso em 30 nov. 2020]. Disponível em: <https://1drv.ms/b/s!Au-wEBHxVU0YSgbJbdayP5QZdxTsoQ>.
32. Oliveira MH, Bueno BL, de Lima LBQ. Local de nascimento como fator de influência para o sucesso esportivo de ginastas olímpicos brasileiros. *Rev Intercont Gest Desport*. 2023;13(3): e10027. doi: <https://doi.org/10.51995/2237-3373.v13i3e110063>.
33. Bueno BL, Mazzei LC, Galatti, LR, Scaglia, AJ. Local de nascimento dos nadadores olímpicos brasileiros como fator de influência para o Sucesso Esportivo. *Rev Intercont Gest Desport*. 2020;10(3):e10027.
34. Field A. Descobrimo a Estatística Usando o SPSS-5. Penso Editora, Org, 2009.
35. Vieira LS. Estudo sobre a Gestão do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Gráfica e Editora Ideal, 2011.
36. Santos ES, Starepravo FA. Análise da capacidade fiscal per capita na descentralização do Programa Segundo Tempo/ME junto aos municípios. *Movimento*. 2019;24(4):1097-110. doi: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.71700>.
37. Bavaresco G, Camargo PR, Castro SBE, Souza JVM, Mezzadri FM. El perfil del gestor deportivo municipal brasileño (The profile of the brazilian municipal sports manager). *Retos*. 2024;53(1):296-304. doi: <https://doi.org/10.47197/retos.v53.103921>.
38. Souza Neto MS, Santos ES, Starepravo FA. Programa Segundo Tempo e o vazio assistencial na Região Nordeste. *Movimento*. 2015;21(3):759-71. doi: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.50648>.
39. Santos ES. Governo do estado e descentralização Programa Segundo Tempo. *Pensar a Prática*. 2016;19(2):398-406. doi: <https://doi.org/10.5216/rpp.v19i2.39038>.
40. Demo P. Pobreza política. Autores Associados, 2001.

Recebido: 24/03/2024

Aprovado: 23/05/2024

Editora AssociadaDebora Bernardo da Silva 

Hospital Israelita Albert Einstein, São Paulo, São Paulo, Brasil

Como citar este artigo:

Ordonhes MT, Zamboni KJ, Souza JVM, Mezzadri FM, Cavichioli FR. A participação da comunidade na elaboração de políticas de práticas esportivas no estado do Paraná. *Rev. Bras. Ativ. Fis. Saúde*. 2024;29:e0339. DOI: 10.12820/rbafs.29e0339